



Arena votou contra a representação

Sob protestos, Arena aprova o parecer

A Comissão Mista do Congresso votou ontem, a favor do parecer do senador Murilo Badaró, que veta a representação política para o Distrito Federal, em uma reunião conturbada que durou três horas e quarenta minutos e que terminou com violenta troca de ofensas entre o relator da matéria e o deputado Tarcísio Delgado, da oposição, além de contar com a abstenção do senador arenista Passos Porto que diante do fato da Arena ter fechado questão em torno do assunto, se retirou para não votar, por ser favorável a uma autonomia política para a capital. Também o senador Jesse Freire, na condição de presidente da Comissão do DF, se manifestou favorável, anteriormente, mas ao dar seu voto, apoiou o parecer relatado.

Foram examinadas as emendas do senador Itamar Franco, propondo uma Assembléia Legislativa, do senador Hen-

rique Santillo deputados Heitor Furtado e Aldo Fagundes instituindo representação em todos os níveis e a do deputado Albérico Cordeiro, estabelecendo uma Comissão do DF na Câmara. Este último pediu — e teve sua solicitação deferida — desanexação de sua emenda, e nova Comissão deverá ser instituída para examiná-la.

O relator, Murilo Badaró, foi duramente criticado pela maioria dos oito parlamentares que se manifestaram contra seu parecer. Itamar Franco manifestou “tristeza por ser Badaró um mineiro, que deveria defender as eleições diretas” e lamentou que ele tenha “se prestado a dar um parecer com aquele teor, ferindo as suas tradições liberais”. Adhemar Santillo, comentando o texto do relatório, afirmou que é impropriedade a justificativa de que “a solução proposta não encontra analogia em nenhum

texto constitucional anterior”, e argumentou que “isto seria admitir que não se pode modificar a Constituição e que o Congresso não tem poder constituinte” e completou que “um exemplo claro de que a Constituição é passível de ser modificada é a existência, hoje, da figura do senador nomeado, instituída pelo Poder”, numa clara alusão à condição biônica do senador Murilo Badaró.

Mauro Benevides defendeu calma e pausadamente a necessidade de uma representatividade para o brasileiro e considerou que, ao usar as palavras de outro parlamentar vetando emendas semelhantes, apresentadas em 1976, Murilo Badaró “transferiu a responsabilidade e o ônus que lhe pesará por contrariar o desejo de toda a população de participar das decisões políticas, ao negar a esta gente a oportunidade de ter voz”.

Para Tarcísio Delgado, “não são sérios os argumentos apresentados e não deviam chegar a uma Comissão Mista do Congresso, pois este não é lugar para brincadeiras”. E mesmo considerando que “esta é a rotina do absurdo em que estamos vivendo, em termos constitucionais”, declarou que não crê que Murilo Badaró “não tivesse capacidade para elaborar um parecer digno de ser examinado por esta Comissão”. Comentários que deflagraram uma grave discussão entre os dois parlamentares no fim da reunião, que transcorreu o tempo todo em clima de tensão.

Depois de refutados todos os argumentos do relator — que só não foram considerados “pouco convincentes” pelos membros do partido governista, — cerca de setenta membros da Associação Comercial do DF, que permaneceram durante toda a reunião, levantaram um cartaz que dizia: “QUEREMOS VOTAR!”